

data da publicação do mesmo despacho no *Boletim Oficial*, quando o depósito for efectuado no cofre da Fazenda provincial ou do distrito do Congo.

12.^a

As propostas de preço designadas na condição 2.^a e os documentos mencionados nas condições 3.^a e 4.^a deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colónias, em 3 de maio de 1911.—O Director Geral, A. Freire de Andrade.

Condições de aforamento de terreno a que se refere o anúncio d'esta data

1.^a

A base para a hasta pública é de 300 réis por hectare.

2.^a

A adjudicação referir-se-há somente à área de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas ou reclamações de particulares cujo processo demonstre não terem fundamento, ficando o adjudicatário obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.^a

Os emphytetas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisório de 2 de setembro do mesmo ano, na parte não alterada pelas instruções provisórias aprovadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instruções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colónias, em 3 de maio de 1911.—O Director Geral, A. Freire de Andrade.

Inspecção Geral de Fazenda das Colónias3.^a Secção**Despacho efectuado por portaria de hontem**

Antonio Simões Peixinho Junior — demittido, nos termos do § 5.^a do artigo 31.^a do regulamento de fazenda de 3 de outubro de 1901, do lugar de segundo aspirante da Repartição Superior de Fazenda da província de Moçambique, para que foi nomeado por portaria de 31 de maio de 1910.

Inspecção Geral de Fazenda das Colónias, em 10 de maio de 1911.—O Inspector Geral, Domingos Eusebio da Fonseca.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Gabinete do Ministro****Repartição de Expediente**

Nesta data são enviadas à Caixa Geral de Depósitos, para serem entregues a quem de direito, as quantias de 18,6344 réis, 16,6279 réis, 6,6450 réis, 7,6784 réis, 945 réis, 10,6612 réis, 36,6506 réis, 6,6440 réis, 1,6645 réis, 1,6325 réis, 9,6281 réis e 12,6049 réis, que pertencem respectivamente aos espólios dos cidadãos portugueses Antônio Ferreira Marques, Bartolomeu Alves Meira, Domingos Gonçalves da Silva, Domingos de Lemos, Francisco Soares, Joaquim Pereira da Silva, José Maria Barbosa, Manuel Coelho, Manuel Gonçalves, Manuel Pedrosa, Manuel Salgado e Victor da Costa Quinta, falecidos no Rio de Janeiro.

Para o mesmo fim é remetida a quantia de 17,6480 réis, pertencente ao espolio de Vicente Rodriguez, falecido em Gulfport, e enviado pela legação de Portugal em Roma.

O que se faz público para conhecimento das pessoas a quem possa interessar.

Gabinete do Ministro, em 9 de maio de 1911.—Pelo Ministro Plenipotenciário, Chefe do Gabinete, J. Gonçalves Teixeira.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares**2.^a Repartição**

O Consulado de Portugal no Rio Grande do Sul, em ofício n.º 203 datado de 13 do mês próximo findo, comunicou a esta Secretaria de Estado o falecimento, no dia 23 de março último, em Santa Victoria de Palmar, do cidadão português José Rodrigues da Silva, de cinquenta e oito anos de idade, natural de Agueda, casado.

O Consulado de Portugal na Bahia, em ofícios n.ºs 13 e 16 datados de 12 do mês próximo findo, comunicou a esta Secretaria de Estado o falecimento, no dia 11 de março último, de Manuel Domingos Fernandes Braga, de quarenta e oito anos de idade, casado; de João Lino da Rocha, no dia 31 do mesmo mês, de cincuenta e dois anos de idade, casado, filho de Joaquim Lino da Rocha e de Anna de Almeida, natural de Castro Daire, negociante, e de Bernardina Ferreira Santos, em 3 do mesmo mês, a bordo do vapor alemão *Pernambuco*, casada com Antônio Ferreira, residente no Rio de Janeiro.

O que se faz público para conhecimento dos interessados.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 10 de maio de 1911.—A. F. Rodrigues Lima.

MINISTÉRIO DO FOMENTO**Secretaria Geral**

A comissão de syndicância à Biblioteca e Archivo Geral do Ministerio do Fomento informou do estado anárquico em que se encontra aquella repartição, onde não ha catalogos, onde faltam os inventários, onde, para tudo se dizer em poucas palavras, para 50,000 volumes e folhetos impressos se encontram apenas 1,434 verbetes absolutamente inuteis, segundo os syndicantes, por quanto alem de não serem feitos segundo os moldes usados em tais serviços, nem sequer jogam, como deviam, com a arrumação.

Os archivos são vastos museus do passado e providos celeiros do futuro. A sua função não é, nem poderia ser, a de poeirentas necrópoles onde se guardasse a palavra escrita, como se guardam relíquias, sem lhes bulir. Entregues à incrência ou à incompetência, a riqueza que encerram é capital immobilizado, semente que fica hymenizada à falta de boas condições para germinar e florescer.

Na Biblioteca e Archivo Geral do Ministerio do Fomento ha verdadeiras preciosidades, documentos do mais alto valor, desaproveitados até agora por se terem considerado os serviços da respectiva repartição como essencialmente burocráticos como os de qualquer outra das inúmeras repartições do serviço público. Criminoso seria manter o arquivo tal como se encontra, não tirando o mínimo proveito do abundante material de estudo que elle encerra, e que é bem um campo fértil que só exige, para se desentranhar em frutos, que alguém o cultive com inteligência, com zelo e com amor.

Não pode ir buscar-se ao corpo burocrático a direcção e pessoal dos Archivos e Museus, pois que a paixão pelo estudo, o gosto pela arte, a inteligência para entender velhos e complicados textos, a capacidade de imprimir vida às mumias gráficas, que são ao mesmo tempo como que o tumulo do passado e o berço do futuro, nada disto se adquire na prática de escrever ofícios, segundo o formulário em uso.

Pelas razões expostas, e conformando-me com o parecer da comissão de syndicância à Biblioteca e Archivo Geral do Ministerio do Fomento:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.^a O Archivo Geral do Ministerio do Fomento destina-se à guarda e conservação de documentos que digam respeito aos serviços do mesmo Ministerio, e com elles possam estar em proxima ou remota ligação.

§ único. O arquivo compõe-se da parte do arquivo propriamente dito e da biblioteca, havendo para cada uma d'estas secções um livro inventário ou matriz, que servirá de registo de entrada, e cuja arrumação está a cargo do archivista chefe.

Art. 2.^a Tanto o arquivo como a biblioteca estão patentes à consulta dos estudiosos, das dez horas da manhã às quatro da tarde, horas da entrada e saída do pessoal.

§ 1.^a Para esta consulta será suficiente a licença verbal do archivista chefe, e na sua ausência a do segundo archivista.

§ 2.^a O leitor requisitará por escrito os livros ou documentos que quiser consultar.

§ 3.^a Não será facultada a consulta de quaisquer diplomas ou processos de carácter reservado, que respeitem aos serviços do Ministerio.

Art. 3.^a Os verbetes que constituem o catálogo formarão um catálogo geral por títulos de obras ou documentos, devendo este ser acompanhado por verbetes remissivos por appellidos, nomes próprios, variedades de assuntos e todas as informações que são de uso em trabalhos d'esta natureza.

Art. 4.^a No catálogo de manuscritos deve exarar-se, na respectiva altura, a designação de alvará, lista, portaria, decreto, ordem, carta régia, carta-aviso ou ofício, fazendo-se também, para a secção correspondência, verbete cronológico, annos, reinados e ministerios.

§ único. Nos de correspondência não devem omitir-se os de origem, direcção e localidade.

Art. 5.^a O arquivo tem o seguinte pessoal:

Um archivista chefe;
Um segundo archivista;
Um escriturário;
Um servente.

Art. 6.^a O archivista chefe será de nomeação do Ministerio, não podendo todavia recair em pessoa que não tenha produzido quaisquer trabalhos científicos ou literários que afirmem, além da competência e valor, hábitos de estudo.

§ único. O demais empregados do arquivo serão tirados do pessoal do Ministerio do Fomento, por livre escolha do Ministro.

Art. 7.^a O archivista chefe terá o ordenado anual e fixo de 600\$000 réis e entregará todos os annos ao respectivo Ministerio um relatório circunstanciado sobre os serviços a seu cargo, propondo o que houver por conveniente para tornar o arquivo prestante e completo.

Artigo 8.^a Os honorários a que se refere o artigo 7.^a serão pagos, durante o actual anno económico, pelas sobras da verba inscrita no capítulo 1.^a, artigo 2.^a, secção 5.^a, da tabella da despesa do Ministerio do Fomento, em vigor.

Art. 9.^a Os empregados do Ministerio do Fomento, que actualmente fazem serviço na Biblioteca e Archivo Geral, serão distribuídos pelos vários serviços que lhe competem

em harmonia com as respectivas organizações, ocupando cada um d'elles o lugar que á sua categoria pertence.

Art. 10.^a Fica revogada a legislação em contrario.

Paços do Governo da Republica, em 10 de maio de 1911.—O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

Direcção Geral da Agricultura**Repartição dos Serviços Agronómicos**

Tendo sido exonerado, por portaria de 3 de março ultimo, do cargo de regente agrícola da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares, o regente de 2.^a classe José Pedro Tacão que, por não ter vaga no quadro, ficou na situação de disponibilidade, e convindo utilizar os serviços d'este funcionário durante o tempo que decorrer até a sua entrada no quadro auxiliar de regentes: hei por bem decretar, para valer como lei, que o referido regente vá prestar serviço junto do agrônomo do distrito de Santa-rem, nos termos do artigo 8.^a da parte III, do decreto de 24 de dezembro de 1901.

Os vencimentos de categoria e exercício do referido regente serão abonados pela verba orçamental destinada ao pessoal addido, e as ajudas de custo, subsídios de marcha e despesas de transporte, quando a isso tiver direito, pela do pessoal do quadro dos serviços agronómicos da tabella em vigor.

Paços do Governo da Republica, em 26 de abril de 1911.—O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

(Tem o visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado de 8 de maio de 1911).

Repartição dos Serviços de Instrução Agrícola

Tendo sido nomeados para a Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares, pelo artigo 6.^a do decreto de 14 de março ultimo, fiel de armazens efectivo o fiel de armazens, addido, das extintas escolas de agricultura prática, Francisco Moreno Leal; carpinteiro efectivo, o carpinteiro addido José Pereira da Silva; guardas efectivos, o guarda addido Antonio Ramos Barros e o hortelão addido Francisco Rodrigues, e servente efectivo o guarda addido Antonio Semedo, os quais se acham impossibilitados de exercer as funções dos seus cargos, por incapacidade física devidamente comprovada pela inspecção médica a que foram submetidos: hei por bem declarar sem efeito as disposições d'aquele decreto na parte que se refere ás mesmas nomeações e ordenar que aquelles funcionários regressem á sua anterior situação de addidos.

Paços do Governo da Republica, em 26 de abril de 1911.—O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

(Tem o visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado de 8 de maio de 1911).

Estando vago um lugar de guarda rural na Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares, por ter sido mandado regressar, por decreto d'esta data, á sua anterior situação, o hortelão addido Francisco Rodrigues: hei por bem nomear guarda rural, para preenchimento da referida vaga, o guarda addido das extintas escolas de agricultura prática, José Monteiro.

Paços do Governo da Republica, em 26 de abril de 1911.—O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

(Tem o visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado de 8 de maio de 1911).

Não havendo pessoal addido idoneo para preenchimento das vagas ainda existentes na Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares: hei por bem autorizar o director da referida escola a contratar desde já, nos termos do § 3.^a do artigo 58.^a, e n.º 13.^a do artigo 122.^a do regulamento aprovado por decreto de 26 de dezembro de 1905, um mestre carpinteiro, um guarda e um servente, a fim de se completar o quadro do pessoal da escola.

Paços do Governo da Republica em 26 de abril de 1911.—O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

Repartição dos Serviços Florestais e Aquicolas

Para os efeitos legais se declara, que na data abaixo indicada se efectuou o seguinte despacho:

9 de maio

Francisco Lopes da Silva, capelão da Mata do Bussaco — passado á situação de inactividade, nos termos do § 1.^a do artigo 17.^a do decreto de 28 de dezembro de 1899, por ter completado cento e oitenta dias com parte de doente.

Direcção Geral de Agricultura, em 9 de maio de 1911.—O Director Geral, Joaquim Rasteiro.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos**1.^a Repartição****1.^a Divisão**

Nos termos do artigo 6.^a do regulamento das admissões e promoções dos empregados dos telegraphos, correios e fiscalização das industrias eléctricas, aprovado por decreto de 28 de junho de 1902, faz-se público que foram admitidos ao concurso para provimento de dois lugares de chefes de divisão do quadro telegrapho-postal, anunciado no Diário do Governo n.º 92, de 21 de abril ultimo, os seguintes candidatos:

José Pedro de Almeida Pessanha.

Luis Campos Fragoso.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 10 de maio de 1911.—O Director Geral, presidente do jury, Antonio Maria da Silva.